

DINÂMICAS PRODUTIVAS E TERRITORIAIS NO NORTE DE MINAS: O lugar invisível das economias nativas e apontamentos para políticas públicas

PRODUCTIVE AND TERRITORIAL DYNAMICS IN THE NORTH OF MINAS GERAIS: The invisible place of native economies and perspectives for public policies

Carlos Alberto Dayrell

Mestre em Agroecologia e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros
carlosdayrell@gmail.com

Rômulo Soares Barbosa

Doutor em Sociologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros
romulo.barbosa@unimontes.br

João Batista de Almeida Costa

Doutor em Antropologia, desenvolve estudos e pesquisas sobre povos e comunidades tradicionais no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social na Universidade Estadual de Montes Claros
d.jobacosta@gmail.com

Resumo

Neste artigo enfocamos a importância das economias nativas ao atendimento da demanda alimentar da sociedade reforçando a construção conceitual dos elementos territoriais e econômicos relacionados com as populações que passam a se reconhecerem enquanto povos ou comunidades tradicionais. Pesquisas realizadas no Norte de Minas Gerais buscam lentes capazes de visibilizarem os circuitos econômicos não capitalistas associados às dinâmicas produtivas e territoriais promovidas por uma significativa parcela do campesinato. Utilizamos o enfoque sobre Arranjos e Sistemas Produtivos Locais (ASPILs), como perspectiva de análise das economias locais, em particular as que não estão associadas à racionalidade capitalista. Vimos que um conjunto significativo de especializações produtivas se mantém e se reinventa em sua maioria à margem de políticas específicas, com a permanência de assimetrias estruturais como a concentração fundiária e tratamento indiferenciado pelo Estado. Apontamos que a maioria dos circuitos econômicos permanece invisibilizada no cenário regional e nacional e excluída das políticas públicas de cunho produtivo. Mesmo assim, as economias de Povos e Comunidades Tradicionais, a despeito da invisibilização histórica, apontam para novas oportunidades societárias.

Palavras-chave: Dinâmicas produtivas e territoriais. Economias locais. Economias não capitalistas. Sistemas Produtivos Inovativos Locais. Povos e Comunidades Tradicionais.

Abstract

In this article we focus on the importance of native economies to answer the society's food demand reinforcing the conceptual construction of territorial and economic elements related to the populations that come to recognize themselves as traditional peoples or communities. Researches done in the North of Minas Gerais search for lenses capable of visualizing the non-capitalistic economic circuits associated with the productive and territorial dynamics promoted by this significant portion of the peasantry. We use the focus on Local Productive Systems and Arrangements (“Arranjos e Sistemas Produtivos Locais” – ASPILs), as a perspective of analysis of local economies, in particular those which are not associated with capitalist rationality. We note that a significant set of productive specializations is maintained and reinvented mostly in the margin of specific policies, with the persistence of structural asymmetries such as land concentration and undifferentiated treatment by the State. We point out that most of the economic circuits remain invisible in the regional and national scenario and excluded from productive public policies. Even so, the Traditional Peoples and Communities’ economies, in spite of its historical invisibilization, point to new societal opportunities.

Key words: Productive and territorial dynamics. Local economies. Non-capitalistic economies. Local Innovative Productive Systems. Traditional Peoples and Communities.

Introdução

Uma reportagem publicada no dia quatro de junho de 2017 mostrou o resultado da primeira oficina de colheita de café considerada “especial, agroecológico e geraizeiro”¹. Esta reportagem informa o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Rede Sociotécnica na região do Alto Rio Pardo², Norte de Minas Gerais, onde temas como o conceito de café especial, colheita seletiva e cuidados de secagem foram trabalhados envolvendo agricultoras e agricultores geraizeiros. Este é um trabalho que pode repercutir em centenas de comunidades do Alto Rio Pardo envolvidas no “Circuito Tradicional do Café de Chácras”³, e que abrange milhares de famílias geraizeiras.

As “Chácras de café”, como as comunidades geraizeiras do Alto Rio Pardo nomeiam os quintais que são cultivados nas proximidades das residências, são formadas e manejadas por diversas espécies frutíferas e nativas, com destaque para o cultivo do café em sistema sombreado. São sistemas produtivos de café sombreados, complexos, desenvolvidos centenariamente pelas comunidades geraizeiras e que envolvem uma ampla rede comercial. Porém, funcionando na mais completa invisibilidade. Os dados não constam de Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e nem repercutem com informações nos gráficos de ICMS dos municípios e do Estado.

Figura 1: Chácras de Café – Rio Pardo de Minas.



Fonte: DAYRELL, Luana; SANTOS, Emerson, 2017.

Org.: Carlos Alberto Dayrell, 2018.

No entanto, o trabalho de revitalização das antigas “chácras de café”, que vem sendo construído a partir de um enorme esforço das comunidades geraizeiras articuladas pela rede sociotécnica do Alto Rio Pardo pode vir a ser soterrado pela ação do governo do Estado de Minas Gerais e do Governo Federal.

Outra reportagem, publicada dois anos antes, anuncia que uma secretaria do Governo de Minas Gerais, a SEDINOR – Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais vem apoiando a demanda de “investidores interessados em produzir café de qualidade e em grande quantidade” na região do Alto Rio Pardo. Para isso, precisam do apoio do Estado para suprir as demandas de água e energia suficientes para a produção (G37, 2015), reivindicando do Estado à finalização da construção de uma barragem e diminuição do preço da energia. Pode repetir o que aconteceu com o tradicional circuito econômico da cachaça nesta mesma região. Nesse caso, com o apoio do Programa Mineiro de Incentivo à Produção de Aguardentes (instituído em 1992), empresários investiram na região de Salinas desestruturando um centenário circuito econômico que envolvia centenas de pequenos alambiques de comunidades geraizeiras.

É esse o campo de reflexão deste artigo. A análise sobre as economias nativas de caráter não capitalistas é um dos temas que deve ser incorporado ao esforço de construção conceitual dos elementos territoriais relacionados com as populações que passam a se reconhecer enquanto “povos ou comunidades tradicionais”, rompendo com esquemas reducionistas e naturalizantes acerca das relações que estes sujeitos estabelecem com os seus territórios e com o entorno socioeconômico.

No debate sobre alternativas ao desenvolvimento tem-se afirmado que existem novas modalidades de acesso, uso e apropriação dos recursos “que se pautam por outras referências que não sejam a capitalista e industrial” (ANAYA & BARBOSA, 2011, p.19). Assim, o papel histórico e atual das economias nativas relacionadas ao uso e apropriação dos recursos deve ser considerado, tanto para não cair no risco de essencialização da tradicionalidade expressa como coisa do passado (NOGUEIRA, 2009), quanto para não isolar a dinâmica destas economias, analisando-as como de subsistência, circunscrita apenas à dimensão do auto-abastecimento familiar, ou historicamente destituídas pelas forças do mercado ou pela violência expropriatória promovida pelo capitalismo (HARVEY, 2006).

A persistência e as estratégias inovadoras ou de adaptação destas economias a contextos cada vez mais complexos e desfavoráveis estão presentes ao longo da história destes povos em uma luta permanente e contínua, cada vez mais difícil, na manutenção da autonomia que desde sempre permanece em seus horizontes (WOLF, 1976).

Quando pontuamos “alternativas ao desenvolvimento” estamos fazendo referência ao enfrentamento do lugar à violência das políticas e programas para o “desenvolvimento” que, a partir do pós-segunda guerra mundial, capitaneados pelos países vencedores, promoveram em todos os recantos do planeta o rompimento dos modos de vida das comunidades locais como estratégia de expansão do capitalismo no âmbito global (ESTEVA, 2000; ESCOBAR, 2005).

Quando falamos de economias não capitalistas estamos fazendo referência às economias cujo foco central não é a relação de compra e venda da força de trabalho, nem a apropriação privada do excedente do trabalho, com a consequente acumulação privada de capital. Estamos falando de economias que subsistem e se resignificam, mesmo que interagindo com o modo de produção capitalista. Estamos falando da persistência e atualização de economias fundadas em outras centralidades, como a reprodução do grupo

social, a reciprocidade estabelecida no âmbito de uma ou mais coletividades (OLIVEIRA, 2017) envolvidas em extensas redes comunitárias e de parentesco. Economias cuja persistência está relacionada com a existência de outras epistemes, lógicas e racionalidades que não necessariamente as de caráter capitalocêntrico, lógicas e racionalidades presentes nos modos de vida daqueles que, atualmente, vem se afirmando como povos e comunidades tradicionais. Economias que não necessariamente estariam, a partir do englobamento pelo capitalismo, em transição para uma economia predominantemente de mercado, dada as bases dos seus sistemas produtivos.

Analisando o contexto das agriculturas dos grupos sociais que se afirmam como comunidades tradicionais no Norte de Minas, vemos que os circuitos econômicos destes povos operam, na maioria das vezes, na invisibilidade. São dinâmicas econômicas inseridas em redes de negócios rurais que têm se revelado como importantes vetores de dinamização econômica e de inclusão produtiva e que envolvem uma fatia significativa da população ocupada na agricultura familiar regional. Entretanto, se encontram sob risco, frente ao descompromisso do Estado em reconhecer o seu papel no tratamento das desigualdades inter e intra-regionais (D'ANGELIS FILHO, 2009; LUZ OLIVEIRA, 2008; LUZ OLIVEIRA, 2011; SOUZA, 2013).

A invisibilidade a que foram postas ao longo de sua trajetória histórica, mas principalmente a partir do último século, demandam a busca de lentes capazes de reconhecer estas dinâmicas de caráter não capitalista⁴ que movimentam, muitas vezes, segmentos importantes das economias em que se encontram inseridas.

O presente artigo tem por objetivo o exame de circuitos econômicos associados às dinâmicas produtivas e territoriais promovidas por grupos sociais que vem se afirmando ora como agricultores familiares, ora como comunidades tradicionais, com foco na análise das economias locais reproduzidas pelas comunidades geraizeiras e que estão associadas a dinâmicas não capitalistas de produção.

Dinâmicas produtivas nos Sertões de Minas Gerais – novas aproximações

Um dos aspectos marcantes da paisagem do Norte de Minas é o predomínio de grandes propriedades. Percorrendo as principais rodovias que cortam o sertão norte mineiro, é comum encontrarmos imensas áreas de pastagens ou com a monocultura de

eucalipto ou de banana, que alternam com uma diversidade de formações vegetais associadas com o Bioma Cerrado e formas transicionais com a Caatinga e Mata Atlântica. Da mesma maneira, encontramos também inúmeros povoados, distritos, pequenas cidades e diversos núcleos de comunidades rurais.

Os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006 confirmam esta percepção. Dos 91.163 estabelecimentos agropecuários do Norte de Minas, apenas 15% das unidades produtivas referem-se à propriedade de fazendeiros ou empresários⁵ e estes ocupam 70% de todas as terras dessa mesorregião (IBGE, 2006). Da mesma maneira, as narrativas historiográficas mostram que a imagem dos fazendeiros, coronéis e empresários estão associadas a inúmeros relatos épicos dos desbravadores do sertão, misturando com as imagens do empreendedorismo dos criadores de gado, plantadores de banana, eucalipto, cana ou algodão. As exposições, feiras agropecuárias e leilões expressam esta noção que é corroborada pelo conjunto de expertises técnico comprometidos com a lógica e com a produção desta elite sertaneja (DAYRELL & MINEIRO, 2016).

Outras pesquisas, porém, focaliza a importância histórica e atual da agricultura tradicional, em particular aquela que Ângelo Carrara (2007) denomina de não escravista⁶ e que, de alguma forma, podemos correlacionar com o que o IBGE denomina atualmente de agricultura familiar.

Estudos apontam que antes da chegada do branco europeu, comunidades negras aquilombadas aqui viviam em extensas áreas, em particular naquelas infestadas pela malária (COSTA, 1999). A agricultura tradicional oriunda das unidades de produção não escravistas era a principal responsável pelo abastecimento de gêneros alimentícios nos núcleos de mineração e, em seguida, aos diversos núcleos urbanos que foram se constituindo entre Minas Gerais e Bahia (CARRARA, 2007). Este papel de abastecimento com produtos oriundos do sertão era tão significativo que, quando projetada a estrada de ferro que ligaria Minas Gerais à Bahia, no final do Século XIX, um dos seus objetivos era abastecer com gêneros os núcleos urbanos do centro sul de Minas Gerais (LESSA, 1993).

Esta realidade nos leva à constatação do apagamento na história da agricultura regional, da importância econômica destes que viriam a ser o que hoje se denomina como agricultura familiar. Como categoria normativa e homogeneizante a “agricultura familiar” é insuficiente para a análise da diversidade das coletividades e das formações culturais e

econômicas em que é constituída. O Norte de Minas, juntamente com o Vale do Jequitinhonha, são as mesorregiões do Estado em que a mão de obra ocupada na agricultura familiar é de aproximadamente 80% do total. Embora ocupando apenas 30% das terras, distribuídas em 85% dos estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar do Norte de Minas é a principal responsável pela pauta produtiva alimentar:

36% das cabeças de bovinos pertencem à agricultura familiar. A mesma também é responsável por 70% da produção de suínos, 48% da produção de galinhas, 10% da produção de ovos, 56% do leite de vaca e 71% do leite de cabra produzidos na região... A agricultura familiar dessa região também se destaca na produção de alguns alimentos de origem vegetal. Produz 65% do feijão, 70% do milho em grão, 41% do arroz em casca e 92% da mandioca. (OLIVEIRA, 2012, p. 28 e 29).

O que estes estudos indicam? Que o Norte de Minas apresenta a maior densidade de agricultura familiar no Estado de Minas Gerais, com uma participação expressiva na ocupação da mão de obra, além de contribuir também com uma parcela importante da produção agropecuária.⁷ E podemos acrescentar: esta produção é oriunda de sistemas produtivos diversificados, associados a matrizes culturais e étnicas de uma produção não dissociada da natureza; que conta com uma história que antecede a ocupação colonial branca com interações com diversos grupamentos indígenas que por aqui já habitaram.

Assim, é fundamental que se examine como esta vertente da agricultura regional vem reagindo e atualizando suas estratégias frente às ondas do avanço do capitalismo na região. Apesar da escassez de pesquisas que considerem as peculiaridades culturais e produtivas, estudos (ANJOS, 2009; DINIZ et al, 2006; LUZ OLIVEIRA, 2011) apontam que um dos fatores da persistência está relacionado com a existência de outras epistemes, lógicas e racionalidades que se afirmam como não ocidentais.

Sugerimos que, ao contrário do que está largamente grafado na historiografia regional, não obstante o predomínio da grande fazenda e do coronelismo com seu clientelismo, alimentando relações de subordinação junto aos agregados e posseiros, floresceram, em uma parcela significativa do território regional, sistemas produtivos diversificados articulados à economia local, regional ou mesmo à nacional e internacional⁸. Em muitos destes lugares a chegada da fazenda, da figura do fazendeiro e do coronel é posterior ao desenvolvimento da agricultura camponesa. Com a fazenda inicialmente estabelecem-se laços horizontalizados. Posteriormente, é que se estabelecem relações de subordinação (até meados do Século XX) e expropriação (após a década de

1950), mas principalmente a partir dos anos de 1960, quando foram intensificados com o suporte institucional e político da nova ordem que se instalou com a ditadura de 1964 (COSTA, 1991).

É a partir de uma longa trajetória de invisibilidade que, tensionados pelas políticas desenvolvimentistas que alcançaram os sertões de Minas a partir dos anos de 1970, emergem na luta política, territorialidades como as dos geraizeiros da Serra Geral e do Alto Rio Pardo; dos vacarianos da Serra do Espinhaço; dos catingueiros do Sopé da Serra Geral; das comunidades quilombolas e vazanteiras das planícies sanfranciscanas; dos veredeiros dos planaltos sanfranciscanos, e do povo Xacriabá de São João das Missões, entre outros, compreendidos hoje como povos e comunidades tradicionais⁹.

Ainda hoje é possível perceber, nos diversos municípios que compõem o Norte de Minas a existência de pautas produtivas especializadas, que foram ou continuam sendo significativas na trajetória da agricultura regional. Muitas vezes, essas pautas estão correlacionadas com dinâmicas territoriais e econômicas, a exemplo do Alto Rio Pardo, com as chapadas ou com as encostas da Serra do Espinhaço, com os planaltos ou planícies sanfranciscanas. E elas são rapidamente identificadas a partir de diálogos que se estabelecem com antigos tropeiros que substituíram suas tropas de burros cargueiros por camionetes ou caminhões, com agricultores e agricultoras que animam as diversificadas feiras e mercados, tão comuns em diversos municípios do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, ou mesmo em entrevistas com agricultores nas mais distintas comunidades (RIBEIRO, 2007; SOUZA, 2013).

Assim, circuitos econômicos relacionados com a produção de banana e abacaxi, entre as serras que delimitam o município de Montes Claros com Bocaiúva, ou de hortigranjeiros nas planícies fluviais do rio Riachão, importante afluente do rio Pacui, na margem direita do São Francisco, são rapidamente lembrados pelos moradores que ali vivem. A produção de bovinos e requeijão é largamente encontrada nas áreas de caatinga das planícies sanfranciscanas densamente ocupadas por comunidades negras, ou a produção associada ao algodão e gado nas encostas da Serra Geral ou, ainda, a produção de látex da mangabeira nas extensas áreas de chapadas e veredas ao longo da margem esquerda do rio São Francisco. A mangaba é uma espécie nativa do cerrado cujo látex destinado à produção de borracha chegou a ser coletado de forma intensiva no Norte de Minas até o fim da segunda guerra mundial.

Utilizando o enfoque de Arranjos Produtivos Locais – APLs, a pesquisadora Luciene Rodrigues (2004) coordenou uma pesquisa no intuito de identificar especializações produtivas em atividades agropecuárias no Norte de Minas Gerais. Tal pesquisa teve o mérito de ampliar a leitura econômica regional, fortemente reduzida aos grandes projetos e às dinâmicas dos polos empresariais ligados à fruticultura irrigada, pecuária e monocultura de eucalipto apoiados pelos governos federal e estadual a partir dos anos de 1970. Apesar de setores empresariais afirmarem estas atividades como potenciais para capitanear o desenvolvimento regional, a autora pondera, que, “no entanto, certamente a região conta com outros setores e/ou atividades que podem ter um melhor desempenho econômico e produtivo a partir da sua operacionalização sob os pressupostos do modelo de APLs”. (RODRIGUES et al, 2004, p.3).

O enfoque de APLs desenvolvido por Rodrigues et al (2004) é relativamente novo e seus instrumentos analíticos, tanto no âmbito das pesquisas quanto das políticas direcionadas ao desenvolvimento industrial e tecnológico, passaram a ser desenvolvidos no Brasil apenas ao final do último século e início dos anos 2000. O termo “arranjo produtivo” foi sendo disseminado e popularizado por grupos de pesquisadores preocupados em vislumbrar brechas no contexto atual do capitalismo¹⁰ (LASTRES & CASSIOLATO, 2006).

Novos enfoques para políticas destinadas ao fortalecimento das economias nativas

Nas primeiras décadas do século XIX, quando o capitalismo industrial liderado pela Inglaterra avançava pela Europa provocando um contexto de desigualdade econômica entre as nações, o economista alemão Friedrich List (1983) autor da obra “Sistema Nacional de Economia Política”, subverteu o pensamento liberal de então, propondo a necessidade de o estado intervir (na economia) visando atender o que ele denominava de interesses superiores da nação. O conceito de Arranjos e Sistemas Produtivos Inovativos Locais - ASPIL tem como antecedente as pesquisas do estudioso alemão que analisou o papel das instituições e da intervenção governamental na promoção do desenvolvimento, defendendo a ideia de que os países devem criar modelos institucionais adequados. Posteriormente, o conceito de List (1983) foi recuperado e desenvolvido por teóricos dos países centrais do capitalismo contemporâneo, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Uma de suas características teóricas é a busca pela

compreensão do processo inovativo a partir de uma visão articulada e sistêmica (CAVALCANTI FILHO, 2013).

Arranjos Produtivos Locais (APLs) são entendidos, de acordo com Lastres e Cassiolato (2003, p. 23), como “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes”. Este conceito é visto como uma tradução brasileira para o termo *clusters* (aglomerações) como vem sendo tratado na literatura internacional. Refere-se à APLs quando se faz relação às dinâmicas econômicas e inovativas promovidas por um conjunto de micro e pequenas empresas, e refere-se a *clusters* quando estas dinâmicas econômicas e inovativas interagem envolvendo agrupamentos de grandes empresas em determinado setor de atividade econômica em uma dada região (SAMPAIO et al, 2008); (LASTRES e CASSIOLATO, 2003).

Os APLs seriam um estágio anterior aos denominados Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (SPILs), sendo que estes designam

[...] “conjuntos de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam interação, cooperação e aprendizagem, os quais são fundamentais para a geração e mobilização de capacitações produtivas e inovativas” (LASTRES e CASSIOLATO, 2006, p.23).

Ou seja, compreendem arranjos produtivos interdependentes, articulados na maioria das vezes em formatos informais, mas que apresentam vínculos oriundos da interação onde cooperação e aprendizagem geram capacidades inovativas e competitividade capazes de promover repercussões no contexto do desenvolvimento das localidades em que se encontram inseridas.

A análise de arranjos e sistemas produtivos está relacionada com a “busca de lentes” que sejam capazes de captar os processos e dinâmicas econômicas promovidas na periferia do sistema econômico global no contexto da aceleração da globalização que complexificou e aprofundou as diferenças entre os países e regiões do planeta.

A dificuldade que os teóricos do crescimento e da macroeconomia enfrentavam em captar o comportamento dos sistemas econômicos nacionais em função das transformações promovidas pela aceleração da acumulação nas últimas décadas, foi alertada por Celso Furtado (2000). Da mesma maneira, no âmbito da microeconomia, em função da imensa heterogeneidade, as formas tradicionais de mensuração e de avaliação

das atividades econômicas agrupadas em setores, já não davam conta de captar as dinâmicas, processos e estruturas produtivas inovativas que iam sendo forjadas dentro de um mesmo setor, principalmente nos países situados à periferia do sistema, como nos informa Lastres e Cassiolato:

Tal heterogeneidade verifica-se em todos os países do mundo e são mais marcantes nos menos desenvolvidos, nos quais predominam os casos de estruturas híbridas. Adiciona-se a esta condição a tendência tanto à incorporação de conhecimentos avançados e crescentemente multidisciplinares, como à convergência das funções e aparatos tecnológicos de vários segmentos até então desvinculados entre si. ... Há casos ilustrativos nos chamados setores primários, como o agrícola, o extrativo e o pesqueiro, e também naqueles mais avançados (LASTRES E CASSIOLATO, 2006, p.16).

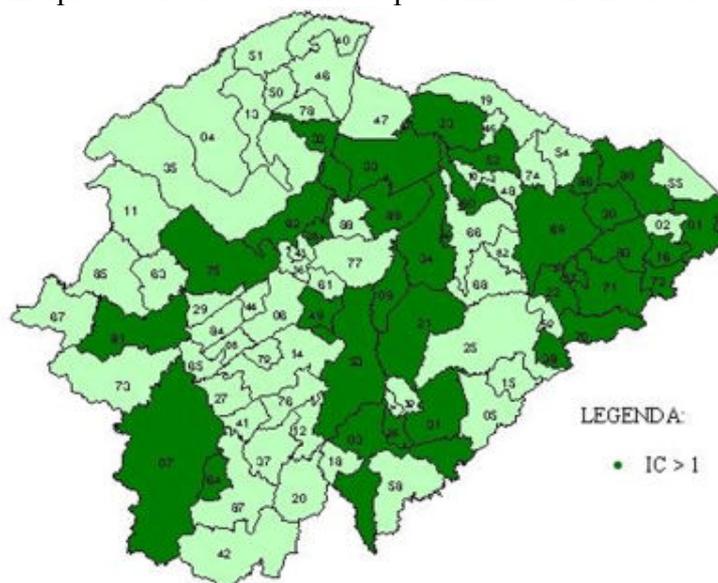
O aprendizado que esta abordagem proporciona é sobre a necessidade de contextualizar os processos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) rastreando as redes de iniciativas que inclui, na maioria das vezes, novas maneiras de produção de bens ou serviços, superando as noções simplistas sobre as possibilidades de geração ou difusão de tecnologias. A leitura desenvolvida desafia, aos formuladores de diretrizes de políticas públicas, acerca de novas possibilidades econômicas que poderiam vir a ser apoiadas, de forma contrastiva, às prioridades dadas pela perspectiva usual à exploração das tradicionais vantagens comparativas. Estas têm como foco o uso de mão de obra barata, acesso à energia farta e a exploração de recursos naturais como discutido por Lastres e Cassiolato (2006). Ou retornar à perspectiva proposta pelo economista alemão Friedrich List (1983), acerca da necessidade de o estado intervir de forma estruturante sinalizando o florescimento de outras possibilidades de dinamização econômica que não as submetidas às dinâmicas do capitalismo agroindustrial.

Rodrigues et al (2004) analisou a produção agropecuária em oitenta e nove municípios do Norte Minas, com foco nas atividades do setor primário que possuíssem concentração e ou especialização produtiva. A autora objetivava identificar a existência de aglomerados agrícolas relevantes que pudessem implicar em novas agendas para a economia regional. Segundo a autora, “as economias da aglomeração geram, em tese, externalidades positivas que podem resultar no aumento de oportunidades de emprego e renda dentro do próprio setor e nas atividades a eles correlatas” (RODRIGUES et al, 2004, p.6). A expectativa era também a de colocar em debate a necessidade de orientação

de novos desenhos de políticas econômicas que pudessem apoiar e fortalecer arranjos produtivos para além dos formatados para a região.

O estudo utilizou o Índice de Concentração (IC) para as especializações produtivas existentes nas dinâmicas econômicas municipais. O IC é um indicador utilizado para avaliar a importância de determinada atividade na economia e na geração de renda e emprego (equalizando a importância do setor na atividade produtiva local) tendo como referência a média do estado, ou seja, quando é maior que um, significa que esta atividade é superior à média do estado. Constatou-se uma diversidade de especializações produtivas. No mapa 1, a seguir, extraído de Rodrigues et al (2004, p. 14), vemos um total 34 municípios especializados na fruticultura, o que extrapola os polos de fruticultura irrigada, cujos recursos foram concentrados em grandes projetos empresariais nos municípios de Jaíba, Janaúba, Nova Porteirinha, Pirapora e Itacarambi.

Mapa 1: Municípios do Norte de Minas especializados na fruticultura - 2002.



Fonte: RODRIGUES et al, 2004.

Org.: Carlos Alberto Dayrell, 2018.

Ou seja, os dados de produção agrícola (IBGE, 2002) examinados por Rodrigues et al (2004) indicam a permanência, de forma relativamente bem distribuída no Norte de Minas e, em particular, onde predominam os cerrados, de um grande número de municípios em que a fruticultura diversificada é atividade agrícola importante em termos de geração de renda e emprego. A pesquisa em tela também apontou a existência de outros

circuitos econômicos tradicionais da agricultura familiar que ainda hoje permanecem na invisibilidade como, por exemplo, o do café na região do Alto Rio Pardo e marmelo na região de São João do Paraíso e Itacambira.

Dayrell (2016) demonstrou que outros circuitos foram articulados a partir das estratégias de adaptações aos contextos econômicos como, por exemplo, a pecuária leiteira em Porteirinha e outros municípios do sopé da Serra Geral, enquanto outros foram irremediavelmente deslocados e sufocados como foi o caso da banana em Novorizonte e Bocaiúva.

A insuficiência de lentes capazes de reconhecerem as dinâmicas das agriculturas de caráter não capitalista que movimentam as economias locais é flagrante. Um exemplo que podemos citar são as centenas de iniciativas econômicas baseadas no manejo dos ecossistemas regionais do Norte de Minas e que tem no agroextrativismo uma de suas expressões. Para se ter ideia da importância do agroextrativismo na vida econômica e social da região, apontamos o exemplo do Arranjo Produtivo Local - APL Frutos do Cerrado que movimenta cerca de 65 mil extrativistas, com um volume de 256 mil toneladas de produtos *in natura* durante a safra. Movimentando uma imensa rede comercial que mobiliza caminhões, camionetes, motocicletas e charretes, mercados municipais, pontos de venda formais e informais, tanto na beira das estradas quanto nos quarteirões e praças das cidades, atingindo os mercados centrais e CEASAS de Belo Horizonte, Salvador, Brasília, Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo (CGS, 2012).

Neste arranjo, além da comercialização *in natura*, uma série de produtos é industrializada na forma de polpas (em conserva e congeladas), doces, licores, óleos (alimentar, condimentar e medicinal), e na forma *dry* (seca e sem casca). Cada um desses produtos possui seus sistemas de comercialização e mercado próprios. Até a madeira vem sendo comercializada (móveis e artesanatos) a partir de sua exploração pelos sistemas agroextrativistas (sistemas de manejo agroflorestal e silvipastoril) como nos informa Carvalho (2007). Da mesma forma que ocorre com o pequi. Mais de 63 espécies são manejadas, com seus produtos sendo beneficiados e, em alguns casos, comercializados pelas comunidades locais.

A Cooperativa Grande Sertão tem uma demanda represada de investimentos em pesquisa, desenvolvimento, inovação e fomento que, orientados, poderiam se desdobrar em pelo menos dois ou três produtos com potenciais de comercialização, entre estas

oleaginosas como o buriti (*Mauritia* sp), rufão (*Peritassa campestris*), macaúba (*Acronomia aculeata*), licuri (*Syagrus coronata*) e catulé (*Attalea geraensis*). Sem falar nas ramificações oriundas do setor fârmaco e cosmético, notadamente de maior potencial de liquidez do ecossistema, a exemplo dos arranjos produtivos envolvidos na coleta de beneficiamento e comercialização de produtos oriundos da favela (*Dimorphandra* sp) e do buriti (*Mauritia* sp).

Figura 2: Alambique Geraizeiro – Rio Pardo de Minas.



Fonte: DAYRELL, Luana; SANTOS, Emerson, 2010.

Org.: Carlos Alberto Dayrell, 2018.

Outro exemplo refere-se ao tradicional circuito da produção de cana e cachaça na região do Alto Rio Pardo e que foram estudados por Monção e Dayrell (2007). Os setores empresariais associados à produção de cachaça artesanal valeram-se da Política Estadual de Cachaça de Qualidade e romperam com um pacto estabelecido há décadas entre os pequenos alambiques e comerciantes locais e regionais. Um pacto estabelecido na informalidade, mas que contribuiu para que Salinas fosse reconhecida regionalmente e nacionalmente como um centro coletor e distribuidor de cachaça. Para se ter uma ideia desta movimentação, em dois dos municípios produtores – Rio Pardo de Minas e Indaiabira – foram identificados, no ano de 2006, uma produção de cinco milhões de litros

de cachaça oriundos de 320 alambiques, a grande maioria de pequeno porte e vinculados aos sistemas produtivos geraizeiros. (MONÇÃO & DAYRELL, 2007).

Os interesses corporativos envolvendo setores empresariais junto ao Estado se beneficiaram com a invisibilidade destas dinâmicas econômicas, comprometendo a construção de políticas que pudessem favorecer o circuito tradicional de produção de cachaça geraizeira. O rompimento do pacto levou à paralização da atividade na maioria dos alambiques familiares, desestruturando os sistemas agrícolas geraizeiros associados à produção de cana e favorecendo os empresários, que passaram a investir na região de Salinas apropriando-se de benefícios governamentais e da marca de identidade que vinculou a região de Salinas como produtora de cachaça considerada de excelente qualidade. Afirmam os autores na conclusão da pesquisa, que:

Este pacto em torno da produção de cachaça veio a ser rompido no final do século XX em função de dois eventos que confluíram em detrimento da organização produtiva tradicional na região do Alto Rio Pardo. O primeiro deles foi o movimento em torno da “cachaça de qualidade” que surgiu em função do enfrentamento ao avanço da aguardente industrial, e em função da posição privilegiada que a cachaça tradicional vinha ocupando, finalmente reconhecida como produto da culinária nacional. Este movimento levou à regulamentação da produção da cachaça artesanal, estimulando a modernização de alguns alambiques tradicionais e a entrada forte de novos empresários no setor que, se beneficiando das políticas de incentivo, passam a produzir em escala muito mais ampliada do que a dos pequenos alambiques locais. No entanto, uma nova emancipação política de antigos distritos de Salinas, como Novorizonte, Fruta de Leite e Santa Cruz de Salinas ocorrida em 1995, expôs o novo município mais como elo coletor do que de produtor, de uma intrincada articulação produtiva regional, o que poderia levar a um novo pacto que beneficiasse a todos. Afinal, a cachaça de Salinas era oriunda em sua maior parte, até mesmo pelas condições naturais ofertadas, das regiões de serras, chapadas e, principalmente, das vastas baixadas drenadas pelas cabeceiras dos rios Pardo e Peixe Bravo onde a cana florescia sem maiores investimentos. Mas não foi esta a lógica que prevaleceu. A investida da lógica empresarial no ramo em um contexto de uma produção que se organizava tradicionalmente em torno de outros padrões, levou à uma super-exploração dos elos do arranjo produtivo, com o rompimento do pacto que organizava centenas de alambiques e milhares de famílias envolvidas direta e indiretamente nos processos de produção, beneficiamento e comercialização. O novo município de Salinas, para não se vê refém deste arranjo, passa a investir na formação de seus próprios canaviais, porém tendo que adotar técnicas baseadas na irrigação e no uso de insumos químicos, até então praticamente ignorados pelos produtores. Porém, mesmo assim, o volume da produção que o município comercializa não se justifica apenas pelos seus canaviais. (MONÇÃO & DAYRELL, 2007, p. 83 e 84).

O registro destas iniciativas aponta a existência de dinâmicas produtivas e territoriais do setor agropecuário que são oriundas, não apenas de ação deliberada de

políticas públicas, mas também e, principalmente, baseadas em iniciativas locais conformadas por tradições e aptidões culturais, que vieram conformando arranjos produtivos associados com processos inovadores e informais, com vínculos aos mercados local, regional e nacional. Isso confirma a permanência, persistência ou englobamento de circuitos econômicos tradicionais, em sua maioria promovida pela agricultura familiar regional e, até então, à margem de políticas específicas. É importante que o foco das políticas públicas de cunho produtivo seja direcionado àqueles segmentos sociais que se apresentam como capazes de ampliar a capacidade de atendimento das demandas sociais por alimentos e outros produtos necessários à sobrevivência humana, porém assentados na equidade e sustentabilidade.

Estudos realizados no Norte de Minas apontam para redes de iniciativas que articulam e sustentam empreendimentos inseridos em circuitos econômicos de natureza não capitalista, em sua grande maioria associados a dinâmicas produtivas e territoriais da agricultura tradicional sertaneja (CARVALHO 2007, D'ANGELIS FILHO, 2009; D'ANGELIS FILHO, 2005; DAYRELL, 2009; DAYRELL, 2012; LUZ DE OLIVEIRA et al, 2008; LUZ DE OLIVEIRA, 2011; SOUZA, 2013), e que subsistem como insurgências às políticas expropriatórias sobre os seus territórios e às seguidas tentativas de apagamento secundadas por um modelo de agricultura que privilegia a produção associada ao agronegócio¹¹.

Estes estudos mostram que um conjunto significativo de especializações produtivas se mantém no Norte de Minas, em sua maioria à margem de políticas específicas. Por outro lado, verifica-se a permanência de problemas estruturais não enfrentados pelo Estado e que andam na contramão das demandas das economias locais, como a questão fundiária e a não diferenciação de tratamento entre grandes e pequenos empreendimentos, entre economia capitalista e economia não capitalista.

Percebemos a existência de dinâmicas econômicas inseridas em redes de negócios rurais identificadas nos sertões de Minas Gerais, que têm se revelado como importantes vetores de dinamização econômica e de inclusão produtiva que envolve uma fatia significativa da população ocupada na agricultura familiar regional, mas que se encontram sob-risco, frente ao descompromisso do estado em reconhecer o seu papel no tratamento das desigualdades regionais e intra-regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo introduzimos algumas reflexões sobre as economias nativas, reforçando a construção conceitual dos elementos territoriais e econômicos relacionados com as populações que passam a se reconhecerem enquanto “povos ou comunidades tradicionais”. Apontamos que as modalidades de acesso, uso e apropriação dos recursos destas comunidades se pautam por outras referências que não sejam a capitalista e industrial e que a maioria dos circuitos econômicos por elas dinamizadas permanecem invisibilizados no cenário regional e nacional e excluídos das políticas de apoio às economias agropecuárias.

Questionamos sobre as possibilidades de se construírem novas trajetórias societárias capazes de incluir dinâmicas econômicas e processos produtivos inovativos, com alta capacidade de inclusão e que se encontram, em grande medida, sufocadas pela dinâmica capitalista ou estando à margem e fora da visibilidade em função da histórica negação destes setores. Utilizamos para vislumbrar novas possibilidades, os sistemas analíticos relacionados com Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Sistemas Produtivos Inovativos Locais (SPILSs), que no Brasil vêm sendo desenvolvidos principalmente por Lastres e Cassiolato (2003; 2006).

Com a utilização deste enfoque constatou-se, na agropecuária norte mineira, a permanência de uma diversidade de especializações produtivas para além dos “polos de desenvolvimento”, que foram intensamente estimulados a partir do final dos anos de 1970. Saindo da “camisa de força”, frente aos grandes projetos que foram apoiados pelos governos federal e estadual a partir dos anos de 1970, e que reduziu a leitura da diversificada economia sertaneja às dinâmicas dos polos empresariais ligados à fruticultura irrigada, pecuária e monocultura de eucalipto.

Vimos que a região conta com diversos outros setores e atividades que podem ter melhor desempenho econômico e produtivo e que poderiam ser fortalecidos. São iniciativas que demonstram a existência de aglomerações e especializações do setor agropecuário e extrativista baseadas em iniciativas locais, conformadas por tradições e aptidões culturais. Confirmando a permanência e persistência de circuitos econômicos tradicionais, em sua maioria promovidos pela agricultura familiar regional e, até então, à margem de políticas específicas.

É evidente a insuficiência de lentes capazes de reconhecerem as dinâmicas produtivas e territoriais das agriculturas de caráter não capitalista que movimentam as economias locais e, entre estas, as centenas de iniciativas baseadas no manejo dos ecossistemas regionais do Norte de Minas e que tem no agroextrativismo uma de suas expressões.

Se, por um lado, vimos que um conjunto significativo de especializações produtivas se mantém, em sua maioria à margem de políticas específicas, por outro lado, verifica-se a permanência de problemas estruturais não enfrentados pelo Estado e que andam na contramão das demandas das economias locais, como a questão fundiária e a não diferenciação de tratamento entre grandes e pequenos empreendimentos, entre economia capitalista e economia não capitalista.

A partir destas constatações, fica evidente a importância do foco das políticas públicas de cunho produtivo ser direcionado e orientando os investimentos financeiros e institucionais àqueles segmentos sociais que, embora em desvantagem econômica, apresentam novas oportunidades econômicas, gerando emprego, renda, inclusão social e conservação dos recursos.

Como foi apresentado neste artigo, é necessário aprofundar o debate sobre as possibilidades de a ação pública contribuir na ampliação da autonomia e do fortalecimento de sistemas de produção com outras lógicas que não a capitalista. A noção do investimento nos APLs e nos SPILs como tratado por Lastres e Cassiolato (2003; 2006) pode contribuir com a ampliação do fortalecimento destas outras economias. Porém, se integradas ao mercado com as políticas e estruturas normativas vigentes, correm o risco de manter a tendência de perpetuar a subordinação ou a desestruturação das economias não capitalistas, a exemplo das políticas direcionadas à cachaça artesanal no estado de Minas Gerais que, segundo Monção & Dayrell (2007), promoveram a super-exploração dos tradicionais produtores de cachaça do Alto Rio Pardo e de Salinas, a partir da entrada dos alambiques comerciais artesanais no circuito econômico da cachaça.

Se por um lado os instrumentos metodológicos e analíticos dos APL ou dos SPILS constatarem a persistência ou a resistência de dinâmicas econômicas promovidas pelo campesinato, mesmo que em condições de invisibilidade, por outro não avança com a compreensão da negação e da persistência de outras economias acionadas por outras lógicas societárias. Questão que Chayanov¹² chamou a atenção no começo do século

passado para a necessidade de elaboração de teorias capazes de compreender a diversidade de sistemas econômicos do campesinato que predominavam não apenas na Rússia do começo do Século XX como em outras extensas áreas do planeta. Sistemas econômicos que não eram capazes de serem apreendidos “unicamente com as categorias capitalistas” (CHAYANOV, 1924:33).

Da mesma maneira, as teorias do desenvolvimento econômico, úteis para compreender os processos e as contradições promovidas pela expansão do capitalismo sobre as regiões, países e lugares não dão conta de explicar a persistência de outras economias que suas dinâmicas vão sufocando ou apagando. Tem sido as práticas do lugar que vem se apresentando como obstáculos inusitados, originais e ainda muito pouco reconhecidos, ao avanço do capitalismo e às modernidades eurocentradas (ESCOBAR, 2005).

Para Arturo Escobar (2005, p. 161), o lugar é dinâmico e suas culturas e formas de não capitalismo não devem ser vistos como entes intocados ou fora da história. Que os lugares são históricos e estão em mutação, conectados com o mundo e, de diversas maneiras, são determinados ou por ele também influenciados. Que mudanças estão ocorrendo como resultados da globalização, e o lugar e a identidade intercruzam e estão interligados em um mundo de espaços profundamente interconectados (ESCOBAR, 2005).

É importante lembrar que a instituição do mercado não é um privilégio do sistema capitalista, que outras sociedades dotadas de outras lógicas de caráter não capitalista existiam anteriormente à economia de mercado (POLANYI, 2000), e continuam coexistindo, mesmo no contexto de domínio da economia capitalista, uma vez que o campo da reprodução social destas populações não é determinado pelas relações de produção capitalistas, porém por outras referências situadas no campo cultural (DINIZ et al, 2006).

Sendo assim, um campo se abre acerca das possibilidades de investir ações na esfera produtiva a partir das lentes que são abertas ao trabalhar para identificar outras economias que persistem, em sua grande maioria, na invisibilidade. Fortalecendo a imensa resistência destas economias que continuam subsistindo e se reinventando, no caso do Norte de Minas, mesmo após cinco décadas de vultosos investimentos em

políticas institucionais voltadas inteiramente à lógica da economia de mercado, ou mesmo após cinco séculos de colonização europeia.

Notas

¹ Os gerezais são grupos locais situados em áreas de cerrado que se confrontam com empresas reflorestadoras inseridas desde os anos de 1970 no interior das territorialidades dessas gentes, objetivando garantir o abastecimento de água das famílias e espaço para criação de gado, extrativismo e coleta de espécimes fitoterápicas.

² Envolve um conjunto significativo de lideranças de agricultores familiares, comunidades gerezais, sindicatos de trabalhadores rurais, organizações e instituições de ensino, pesquisa e acompanhamento sociotécnico como a EMBRAPA, CENARGEN, CAANM, UNIMONTES, UFMG, EFA, EMATER, entre outras.

³ Refere-se à rede informal de agricultores que cultivam há pelo menos um século o café em sistema de sombreamento cuja produção (em coco e/ou torrado) é destinada tanto ao abastecimento familiar e municipal, como também está inserido em diversas rotas comerciais direcionados aos municípios da própria região (particularmente em áreas de caatinga) como também em outras regiões do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha.

⁴ Os sistemas produtivos desses grupos locais, ainda que conectado ao mercado local e regional, tem como objetivo último a produção e reprodução da família e não a produção da riqueza pela riqueza como discutido na perspectiva marxiana. Há, também, a vinculação de cada unidade familiar no interior de uma coletividade por relações de reciprocidade numa perspectiva para além das questões produtivas, mas também sociais, festivas e simbólicas.

⁵ Que o IBGE denomina atualmente como agricultura não familiar, anteriormente denominada de agricultura patronal, categoria que engloba os fazendeiros, as grandes fazendas e propriedades empresariais, além dos latifúndios.

⁶ Ângelo Alves Carrara, historiador da UFJF, fez uma extensa pesquisa sobre a produção rural e o mercado interno em Minas Gerais durante o período colonial, entre os anos de 1674 até 1807 (2007).

⁷ Os dados capturados pelo censo, a nosso ver, não fundamentam e nem dão magnitude aos circuitos de negócios que dão sustentação a estas economias locais.

⁸ Estamos falando de diversos circuitos econômicos relacionados com a produção algodão, carne, borracha (látex da mangaba), mamona entre outros que extrapolavam a escala meramente local ou regional.

⁹ Ver em DAYRELL, C. A.; COSTA, J.B.A.; COSTA FILHO, A.. Direitos Humanos e Povos Tradicionais do Brasil. In: Movimento Nacional de Direitos Humanos e outros. (Org.). Direitos Humanos no Brasil 3: Diagnóstico e Perspectivas. In: Movimento Nacional de Direitos Humanos et al. (Org.). Direitos Humanos no Brasil Diagnóstico e Perspectivas. 01 ed. Passo Fundo: IFIBE, 2012, v. 01, p. 417-442.

¹⁰ O enfoque de APLs está voltado ao reconhecimento das capacidades produtivas e que envolvem dinâmicas econômicas, culturais e tecnológicas inseridas em arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais, reconhecido com a sigla ASPILs. Este enfoque busca identificar a natureza múltipla e dinâmica das coletividades econômicas estruturadas em forma de aglomerações produtivas e que passou a chamar a atenção pelas possibilidades de alterar o contexto do desenvolvimento em regiões consideradas como “economicamente deprimidas” e “politicamente enfraquecidas”, articulando ingredientes econômicos e sociais (LASTRES & CASSIOLATO, 2006).

¹¹ Conforme Guilherme Delgado (2005) o entendimento de “agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de estado.” Podemos acrescentar que o agronegócio se estrutura na monocultura agrícola e na produção pecuária destinada à exportação.

¹² Socioeconomista russo que deu uma contribuição teórica e prática na compreensão da economia camponesa e na implantação de salvaguardas nos primeiros anos da revolução de 1917.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**: São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p.75 - 96.
- ANJOS, José Carlos. **Etnodesenvolvimento e Mediações Político-Culturais no Mundo Rural**. SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- ANAYA, F.C., BARBOSA, R.S. Conflitos Ambientais entre Unidades de Conservação Comunidades Tradicionais no Norte de Minas. **Anais do XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS** 6 a 11 de setembro de 2011; UFPE, Recife-PE.
- CAVALCANTI FILHO, Paulo Fernando de M.B. O conceito de Arranjos e Sistemas Produtivos Locais (ASPILs): Uma proposta de redefinição teoricamente estrita e empiricamente flexível. In: **Conferência Internacional LALICS 2013** “Sistemas Nacionais de Inovação e Políticas de CTI para um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável” 11 e 12 de Novembro, 2013 – Rio de Janeiro, Brasil.
- CARRARA, Álvaro A. Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão. **Cadernos do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social**. n. 222, p.79-88, 2006.
- CARVALHO, Igor S.H. **Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado: um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas**. Brasília: CDS/UnB, 2007. 164 f. (Dissertação de Mestrado).
- CGS - **Cooperativa Grande Sertão**. Agro-extrativismo e inovações tecnológicas: um novo rumo para o desenvolvimento regional e sustentabilidade do semi-árido e dos cerrados e brasileiros. Montes Claros: CGS, 2012 (Mimeo).
- CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas [1924]. In: SILVA, J. G. da; STOLCKE, V. (Org.). **A Questão Agrária** – Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COSTA, João Batista de Almeida. A expansão das Relações Capitalistas de Produção. In: **Grande Sertão: veredas e seus ecossistemas**. Grupo de Estudos Ambientais/ COSTA, João Batista de Almeida, et al. Montes Claros, 1991 (Mimeo).
- COSTA, João Batista de Almeida. **Do tempo da fartura ao tempo de penúria: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG)**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. (Dissertação de Mestrado).
- D’ANGELIS FILHO João Silveira. Do local ao supra-local: o caso dos Caatingueiros e Geraizeiros na Região de Porteirinha. In: Cid Dutra Wildhagen (Orgs). **Diálogos Sociais: Caminhos para o desenvolvimento territorial: novas abordagens**. 1ª ed. Belo Horizonte: SEDVAN/IDENE; Crisálida, 2009, págs. 61-96.

DANGELIS J.S. & DAYRELL, C.A. Ataque aos Cerrados – In: **CADERNO DO CEAS** - número 222, abril – junho de 2006 p.17-46.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros y Biodiversidad em el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología em los estudios de los agroecosistemas**. Huelva: UniversidadInternacinal de Andalucía, 1998. (Dissertação de Mestrado).

DAYRELL, Carlos Alberto. Agricultura Geraizeira. In: Cid Dutra Wildhagen (Orgs). **Diálogos Sociais: Caminhos para o desenvolvimento territorial: novas abordagens**. 1ª ed. Belo Horizonte: SEDVAN/IDENE; Crisálida, 2009, p. 217-252.

DAYRELL, Carlos A. Economias Invisíveis: a tradicionalidade como estratégia de inserção socioeconômica de comunidades sob risco nos sertões de Minas Gerais. In **IICA – Série Desenvolvimento Rural Sustentável – Estratégias de Inclusão Sócio-produtiva VI Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial**, v.18. Brasília, nov.2012, p. 174 a 183.

DAYRELL, C. A.; COSTA, J. B. A. e COSTA FILHO, A. Direitos humanos e povos tradicionais do Brasil p.417-442. In: **Direitos humanos no Brasil 3: diagnósticos e perspectivas /Movimento Nacional de Direitos Humanos**. et. al. Passo Fundo: IFIBE, 2012.

DAYRELL, C. A. & MINEIRO, F. O Sertão em Mutação. In: **Revista Desenvolvimento Social** No 19/01, 2016. p. 75-84.

DELGADO, Guilherme. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

DIEGUES JUNIOR, Manoel. **Regiões Culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC, 1960.

DINIZ, Sibeles Cornélio; MAGALHÃES, Felipe N. Coelho; MONTE-MÓR, Roberto L.de Melo. ECONOMIA E ETNODESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO INDÍGENA XAKRIABÁ, MG. In: **Anais do XII Seminário sobre Economia Mineira**, 2006.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.133-168.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime E. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.59-83.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural.**

São Paulo: Paz e Terra, 2000.

G37.com.br:<https://www.g37.com.br/c/estadual/sedinor-quer-potencializar-cafeicultura-no-norte-de-minas> - publicado em 29/05/2015. Acesso em maio de 2017.

HARVEY, David. **Os limites do capital.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.** Censo Agropecuário 2006.

LASTRES, Helena M.M. & CASSIOLATO, José E. **Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste Brasileiros** / organização Helena M.M. Lastres, José E. Cassiolato. – Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo. **Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. Parcerias Estratégicas.** Brasília: CGEE, n. 17, págs. 5-29, set. 2003.

LESSA, Simone Narciso. **Trem de Ferro: do cosmopolitismo ao sertão.** Unicamp: Departamento de História. (Dissertação de mestrado). 1993

LIST, Friedrich. **Sistema Nacional de Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LUZ DE OLIVEIRA, Claudia et al. – **Economias invisíveis e comunidades tradicionais no Norte de Minas in Povos e comunidades tradicionais no Brasil.** In: Gawora, D. Ide, M. H. de S. e Barbosa, R. S.(orgs). Montes Claros: Editora da Unimontes, 2011.

LUZ DE OLIVEIRA, Claudia et al. Agricultura familiar: importância econômica e novos caminhos para a sustentabilidade. p. 205-224. In: **Diálogos Sociais: Reflexões e Experiências para a Sustentabilidade do Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais.** /Cid Dutra Wildhagen (Organizador). Série. 1ª edição. Realização SEDVAN/IDENE. Belo Horizonte: Editora IMGS, 2008.

MAZZETO SILVA. C. E. Lugar-habitat e Lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio do Cerrado. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005, p. 217 a 244.

MONÇÃO, Geraldo Nobre; DAYRELL, Carlos Alberto. **A Cachaça no Contexto Histórico, Cultural Econômico da Região do Alto Rio Pardo – Minas Gerais.** Relatório técnico, CAANM, Montes Claros, setembro de 2007.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. (Tese de doutorado).

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO GONÇALVES, Carlos. **Dos Cerrados e de suas riquezas**. In: <http://www.povosdocerrado.org.br/?p=12>, setembro de 2008, Acesso em maio de 2018.

RIBEIRO, E.M. (Org.) **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais do Semi-árido de Minas Gerais**. Fortaleza: Etene/BNB, 2007.

RODRIGUES, L. et al. Especializações em atividades agropecuárias nos municípios da macrorregião Norte de Minas - MG, a partir do Índice de Concentração normalizado (ICn). In: XLII Congresso da sociedade brasileira de economia e sociologia rural, 2004, Cuiabá. **Anais do XLII congresso da sociedade brasileira de economia e sociologia Rural - Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional**. Cuiabá: SOBER/UERJ/UFMT/Embrapa Florestas/Embrapa Gado de Leite, 2004. págs. 1-20.

SAMPAIO, Carlos Alberto C. et al. **Arranjos Sócio-produtivos de Base Comunitária: Arranjos produtivos locais pensados como arranjos institucionais: o caso da Mondragón Corporação**. Em Cooperativas - v.15 - n.46 - Julho/Setembro – 2008, págs. 77-98.

SOUZA, Marilene Alves de. **Redes, fluxos e circuitos de comercialização da agricultura camponesa**. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa, 2013 (Mimeo).

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**, 2ª Ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1976.

Recebido em 24/07/2017.

Aceito para publicação em 29/05/2018.